

Deputado paranaense, quero dizer a Vossa Excelência e à Casa que o Paraná inteiro deve ter recebido muito bem o discurso patriótico do eminente conterrâneo, e que a Nação deve ter recebido de braços abertos e com os olhos voltados para o auriverde pendão da nossa Pátria as intenções cívicas e patrióticas do ilustre Deputado. Realmente, a Nação precisa ser auto-suficiente em todas as suas riquezas, e o petróleo é uma delas. E o meu Estado oferece à Nação brasileira, através do xisto pirobetuminoso, incalculável riqueza para o País e para a América. O Brasil pode, através da Petrobrás, aproveitar aquele rincão, terminando a construção da Usina de xisto pirobetuminoso para que o Brasil possa, cada vez mais rico, dizer aos países do mundo que por si só tem capacidade para si e para ajudar o resto da humanidade. Por isso, aqui compareço para dizer àquele Deputado que seu discurso humilde, é grandioso no sentido patriótico. (*Muito bem*).

**SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY** (*Para uma comunicação*) — Sr. Presidente, venho a esta tribuna para me congratular com a Casa pela aprovação, ontem à noite, do novo Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Foi a primeira vez, depois da instalação do novo Governo, dentro do atual regime institucional, que a Câmara aprovou projeto do Executivo.

Quero congratular-me também com os nobres Deputados Costa Cavalcanti, que honra esta Casa e dignifica a classe militar, e Guilhermino de Oliveira, que souberam conduzir muito bem esse projeto, que não foi simplesmente de aumento de vencimento mas, sobretudo, um novo Código, um novo Regimento para orientar as relações entre militares. A Casa se houve muito bem, aprovando rapidamente proposição de tanta necessidade.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para lembrar à Mesa a necessidade de que o Ato Ins-

titucional que deu aos projetos do Executivo a possibilidade de tramitação em 30 dias, tenha seus prazos estendidos também às proposições que os nobres Deputados apresentam à Câmara. Sabemos, que os projetos se perdem nas gavetas das Comissões, sem solução. Se também a tramitação desses projetos fosse regulada pelo novo Regimento, teríamos muitas leis aprovadas, sem a decepção, a desilusão de muitos Deputados, que esperam meses e anos para verem seus projetos transformados em lei. Devemos acelerar os nossos trabalhos. Já no Governo passado os Deputados reclamavam que a Casa não trabalhava, o que agora o Ato Institucional vem confirmar, exigindo que as proposições tenham, aqui tramitação rápida. Por que nós, que somos da Casa, nós, os Deputados não temos também essa regalia de ver nossos projetos caminharem rapidamente? Apenas porque não se quer apertar os colegas.

Estamos diante de uma situação concreta. Devemos modificar o arcaico Regimento da Câmara, dando mais celeridade aos projetos que interessam à Nação. Precisamos evitar que Deputados que apresentaram suas proposições em tempos longínquos, ao término de seus mandatos, após 4 anos, não tenham ainda notícia de que seus projetos foram examinados, aprovados ou rejeitados.

A V. Exa. Sr. Presidente, que é um Líder na Mesa, faço este apêlo: inclua nossos projetos dentro do novo sistema. (*Muito bem*.)

**O SR. CASTRO COSTA** — (*Lê a seguinte comunicação*) — Senhor Presidente, sobremodo confortadora é a declaração recente feita pelo Presidente Castelo Branco, publicada pela imprensa de que irá governar o país de sua capital Brasília.

Talvez não seja exagero incluir Brasília entre os fatores da crise brasileira, se se considerar que nenhum chefe do Executivo, a partir de 1961 teve a real intenção de se

fixar no Planalto Central para administrar a Nação. O ideal que norteou a construção da nova capital vem sendo traído desde o Sr. Jânio Quadros e particularmente durante o período em que exerceu a Presidência o Sr. João Goulart. As construções sofreram uma paralisação inexplicável, a iniciativa privada foi totalmente amordaçada de sorte que a novel cidade não tem contado com os fatores necessários a seu desenvolvimento normal. O povo foi sumariamente afastado da grande tarefa de integração de Brasília no panorama de desenvolvimento econômico do imenso Brasil interior. Daí resulta uma série de dificuldades para moradia para manutenção de famílias, com fantástico encarecimento do custo de vida. Brasília é, hoje, pode-se dizer uma cidade inóspita, despovoada da alta administração federal, cujos órgãos se encontram ainda encravados no Estado da Guanabara. Isto torna a administração da República cada dia mais complexa, sobretudo porque os Ministérios não desejam transferir-se para o lugar que lhes compete.

A declaração do Presidente Castello Branco, acima referida, vem dar novo alento a todos os brasileiros que acreditam que Brasília tem uma missão a desempenhar no panorama da vida econômico-social do País fazendo com que se integrem nas mesmas esperanças cívicas todos os habitantes da continentalidade de nosso território. Homem do interior, experiente por tradição conhecedor da disparidade dos padrões de vida dos brasileiros do hinterland, o Presidente Castello Branco, com sua autoridade e com sua condição de intérprete dos sonhos de brasilidade de setenta milhões de almas poderá, sem dúvida alguma, recolocar Brasília na senda em que os iniciadores a colocaram em 1960, com o Sr. Juscelino Kubitschek à frente.

De fato, com a presença inspiradora do Chefe da Nação em Brasília, os Ministérios não terão por que continuar no Rio de Janeiro e dali terão de sair também os de-

mais órgãos governamentais que como estão presentemente são fatores de dissociação administrativa por obstacularizarem os entendimentos entre governo e povo.

Que os institutos de previdência concluam suas obras nas superquadras, muitas das quais dadas como concluídas mas com falta de blocos cujo financiamento foi concedido e não utilizado (o levantamento das obras dos IAPs será tão curioso); que os edifícios públicos projetados e as vezes iniciados sejam concluídos; que o problema do abastecimento de Brasília seja orientado, através da prefeitura do Distrito Federal, abrangendo racionalmente um raio de uns 100 quilômetros dos Estados limítrofes; enfim que se conclua a construção da cidade já hoje com uma população aproximada de 300.000 habitantes, todos para cá trazidos pelo chamamento oficial e já agora amando o torrão em que está nascendo uma nova geração de brasileiros que traz nos olhos e no espírito a noção do futuro de grandeza de nosso país.

Sr. Presidente, estas palavras são de um homem do interior dirigidas a um conterrâneo lúcido e sofrido, hoje portador honesto de nossas esperanças: que o Presidente Castello Branco fixe Brasília como fator relevante de integração nacional para tornar a vida dos brasileiros do interior aproximada de seus irmãos do litoral. De minha parte tenho confiança em que essa imensa obra de brasilidade se realizará. (*Muito bem*).

**O SR. EDILSON MELO TAVORA**  
(*Para uma comunicação*) \* — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o poder público deve, com urgência, encarar o problema do funcionamento da Capital Federal. Não bastam afirmativas de que o Presidente pretende instalar-se em Brasília. Torna-se urgente o estudo para definir o que deve ser feito para a solução do impasse em que vive a Nação. Basta de palmas dos negociastas que enriqueceram com a

\* Não foi revisto pelo orador.